

## POLÍTICAS INCLUSIVAS NA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E POSSIBILIDADE EM UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NO NORDESTE PARAENSE

**Camilly Vitória Araújo dos Santos<sup>1</sup>**  
*Universidade Federal do Pará*

**Cristiane Bremenkamp Cruz<sup>2</sup>**  
*Universidade Federal do Pará*

### RESUMO

A pesquisa teve como objetivo caracterizar a implementação das Políticas Públicas de Educação Especial no âmbito da Educação Inclusiva e analisar sua interface com a Educação do Campo em uma escola pública estadual localizada no contexto amazônico do nordeste paraense. Buscou-se compreender a realidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino, no município de Bragança (PA), enfatizando as mudanças ocorridas nos últimos anos e discutindo possibilidades para a inclusão de estudantes do Ensino Fundamental com deficiência a partir de uma perspectiva anticapacitista. O estudo foi desenvolvido por meio da análise documental das matrículas, de entrevistas semiestruturadas com estagiárias do Apoio Escolar que atuam com o público-alvo da Educação Especial e da aplicação de um questionário de caracterização dos sujeitos envolvidos. Consideraram-se, ainda, as legislações e diretrizes que orientam práticas inclusivas nos espaços educativos e que contribuem para o enfrentamento do capacitismo nas escolas do campo. Os resultados indicam a ausência de formação específica das estagiárias para atuar com estudantes com deficiência, a sobrecarga de responsabilidades atribuídas a essas profissionais em formação e a precariedade da estrutura física da escola, que compromete a mobilidade de estudantes cadeirantes e evidencia a inexistência de sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Conclui-se destacando a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e da luta pelos direitos das pessoas com deficiência, garantindo-lhes acesso e permanência em escolas de suas próprias comunidades rurais em condições dignas e inclusivas.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Educação Especial; Educação do Campo; Anticapacitismo; Políticas Públicas.

### INCLUSIVE POLICIES AT THE INTERFACE WITH RURAL EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN A PRIMARY AND SECONDARY SCHOOL IN NORTHEASTERN PARÁ

### ABSTRACT

This study aimed to characterize the implementation of Public Policies for Special Education within the scope of Inclusive Education and to analyze their interface with Rural Education in a state public school

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia, Universidade Federal do Pará (UFPA), Bragança, Pará, Brasil. Endereço para correspondência: Tv. Sen. José Pinheiro, 452, Centro, Bragança, Pará, Brasil, CEP: 68600-970. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5580-8837>. E-mail: [millysantos6@gmail.com](mailto:millysantos6@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus Belém e na Faculdade de Educação (FACED) da UFPA. Endereço para correspondência: Alameda Leandro Ribeiro, Aldeia, Bragança, Pará, Brasil, 68600-000. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0854-7687> E-mail: [crisbremen@ufpa.br](mailto:crisbremen@ufpa.br)

located in the Amazonian context of northeastern Pará. The research sought to understand the reality of the Patalino State School of Elementary and High School, in the municipality of Bragança, emphasizing the changes that have occurred in recent years and discussing possibilities for the inclusion of Elementary School students with disabilities from an anti-ableist perspective. The study was conducted through documentary analysis of school enrollment records, semi-structured interviews with school support interns who work with the target public of Special Education, and a characterization questionnaire applied to the participants. Legislation and guidelines that inform inclusive practices in educational spaces and contribute to confronting ableism in rural schools were also considered. The results indicate the absence of specific training for the interns who support students with disabilities, the overload of responsibilities assigned to these pre-service professionals, and the precarious physical infrastructure of the school, which compromises the mobility of wheelchair users and reveals the lack of a Specialized Educational Service (SES) room. The study concludes by highlighting the need to strengthen public policies and the struggle for the rights of people with disabilities, ensuring their access to and permanence in schools within their own rural communities under dignified and inclusive conditions.

**Keywords:** Inclusive Education; Special Education; Rural Education; Anti-ableism; Public Policies.

## **POLÍTICAS INCLUSIVAS EN LA INTERFAZ CON LA EDUCACIÓN RURAL: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES EN UNA ESCUELA PRIMARIA Y SECUNDARIA DEL NORDESTE DE PARÁ**

### **RESUMEN**

Este estudio tuvo como objetivo caracterizar la implementación de las políticas públicas de Educación Especial en el marco de la Educación Inclusiva y analizar su relación con la Educación del Campo en una escuela pública estatal ubicada en la región amazónica del noreste de Pará, Brasil. La investigación buscó comprender la realidad de la Escuela Estatal de Educación Primaria y Secundaria Patalino, destacando los cambios ocurridos en los últimos años y discutiendo posibilidades de inclusión de estudiantes con discapacidad desde una perspectiva anticapacitista. La metodología incluyó el análisis documental de matrículas, entrevistas semiestructuradas con pasantes del Apoyo Escolar que trabajan con el público objetivo de la Educación Especial y un cuestionario de caracterización aplicado a los participantes del estudio. También se consideraron las normativas y directrices que orientan las prácticas inclusivas en los espacios educativos y que contribuyen al enfrentamiento del capacitismo en las escuelas del campo. Los resultados evidencian la falta de formación específica de las pasantes, la sobrecarga de responsabilidades asignadas a estas profesionales en formación y las limitaciones de la infraestructura física de la escuela, que comprometen la movilidad de estudiantes usuarios de silla de ruedas y revelan la inexistencia de una sala de Atención Educativa Especializada (AEE). Se concluye destacando la importancia de fortalecer las políticas públicas y la defensa de los derechos de las personas con discapacidad para garantizar su acceso y permanencia en las escuelas de sus propias comunidades rurales en condiciones dignas e inclusivas.

**Palabras clave:** Educación inclusiva; Educación especial; Educación del campo; Anticapacitismo; Políticas públicas.

### **INTRODUÇÃO**

A Educação do Campo é a educação formal oferecida à população do campo. De acordo com Caldart (2004), “a Educação do Campo pode ser compreendida como fenômeno social constituído por aspectos culturais, políticos e econômicos” (Caldart, 2004, p. 69). Muitas pesquisas demonstraram que os estudantes da Educação do Campo, de modo geral, e os estudantes com deficiência, em particular, sofrem

discriminação e exclusão social. Os estudantes com deficiência que residem e estudam no campo sofrem duplamente: pelo seu local de pertencimento e por sua condição como pessoa deficiente. Isso gera muitos impactos como baixa autoestima e evasão escolar.

A reflexão para abordar essa temática parte do pressuposto de que a Educação do Campo deve ser repensada no processo de integração de estudantes com deficiência em escolas do campo, permitindo que eles tenham acesso e condições adequadas para garantir o direito à educação de qualidade. Estabelece as Leis Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, que

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996).

Quando as crianças e adolescentes não usufruem desse direito, estão sendo negligenciados de poder ocupar esse espaço (que é de todos, sem distinção de qualquer natureza) ou pela família ou pela equipe pedagógica. A família é também responsável pela integração e inclusão das crianças/pessoas com deficiência na escola, uma vez que os pais ou responsáveis são obrigados a matricular seus filhos nas escolas, como respalda a LDB (9394/96) em seu Art. 6º. “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental (Brasil, 1996).” E também o ECA/90, artigo 53, que afirma que

Art.53. a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:  
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
II - direito de ser respeitado por seus educadores;  
III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;  
IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;  
V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.  
Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (Brasil, 1990).

As escolas não podem recusar a matrícula desses alunos, pois essa prática é considerada crime pela Lei n. 7. 853/89, a qual estabelece que nenhuma escola pública ou privada pode recusar, suspender, atrapalhar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a matrícula de estudante com deficiência por motivos derivados da deficiência do estudante, punindo quem viola essa regra com pena de reclusão de um a quatro anos. Além disso, a Lei nº 12.764/12 (Lei Berenice Piana) pune o gestor com multa de 3 a 20 salários mínimos, e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/15) assegura o direito à educação inclusiva e livre de discriminação.

Por motivos pessoais, e por ser uma mulher com deficiência, na academia, passei a me identificar com componentes curriculares que envolvessem e tivessem relação com a educação especial, conheci, por meio de leituras, o termo “anticapacitismo” que é a luta contra a postura preconceituosa que hierarquiza pessoas de acordo com seus corpos, o capacitismo, e leva a potencializar o pensamento de que pessoas com deficiência não são capazes de trabalhar, estudar, ter uma família e cuidar. “O capacitismo é uma categoria que também molda a forma como as pessoas com deficiência são tratadas como incapazes de trabalhar, de amar, de desejar e de ser desejadas” (Mello, 2014 p. 129).

O capacitismo, de maneira sucinta, é um conceito complexo e que marca socialmente determinados corpos como mais capazes do que outros. Assim como o racismo, conceito já mais difundido que diz respeito ao preconceito e marginalização dos corpos negros, o capacitismo produz a marginalização dos corpos com deficiência, corpos que não estão inseridos no que se concebe enquanto corponormatividade (Alves, Andrade, 2022, p. 6).

Como uma pessoa com deficiência, que teve que enfrentar inúmeros episódios capacitistas durante a vida, encontrei leituras que puderam intensificar a minha vontade de estudar sobre essas práticas emancipatórias, interseccionais e que valorizam a diversidade de corpos presentes na sociedade.

A interseccionalidade é definida dentro do movimento feminista negro, como conceito que emerge na teoria crítica de raça, proposto por Kimberlé Crenshaw, intelectual afro-estadunidense. Segundo Kimberlé Crenshaw (*apud* Akotirene 2019), a interseccionalidade nos permite enxergar a colisão das estruturas e a interação das

avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo hegemônico em contemplar mulheres negras, já que um feminismo que não dialoga com as pautas étnico-raciais reproduz o racismo. Então, a interseccionalidade surge como uma ferramenta para dialogar e analisar as diversas formas de opressão, pois as necessidades das feministas negras são diferentes das feministas brancas, que são diferentes das feministas negras ou brancas com deficiência, entre outras configurações.

Nos estudos críticos sobre deficiência, a interseccionalidade é utilizada para criticar as assunções sobre branquitude, masculinidade, gênero, sexualidade e normalidade em que se apoiam os modelos médicos dos estudos tradicionais sobre deficiência (Collins; Bilge, 2020, p. 66).

Karla Akotirene em seu livro "O que é interseccionalidade?" aborda reflexões acerca das desigualdades sociais presentes nas relações humanas. Segundo Akotirene, "a interseccionalidade nos aponta a colisão das estruturas identitárias, dá aparato teórico metodológico à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado que sobrepõe gênero, raça, classe, capacidade, dentre outros marcadores sociais da diferença" (Akotirene, 2019).

Sou uma mulher, negra, pessoa com deficiência visual e amazônica. Portanto, diariamente refletida por essa interseccionalidade de não me definir apenas sendo uma pessoa com deficiência, várias outras questões estão inseridas em um só corpo, desde quando compreendi que meu corpo é político, certamente algo mudou, principalmente, quando me tornei militante do movimento social "Coletivo Juntos", mas o coletivo não é diretamente conhecido por ter uma pauta anticapacitista como um dos seus principais objetivos. No entanto, o coletivo se identifica como anticapitalista, antirracista, feminista e LGBTQIA+. A luta anticapacitista, que busca eliminar o preconceito e a discriminação contra pessoas com deficiência, está também ligada a outras lutas sociais e a questões de justiça social.

O "Coletivo Juntos" foi fundado em 2011, inspirado nas grandes rebeliões populares que agitaram o mundo na crise de 2008<sup>3</sup> e as pessoas que compõem são em

---

<sup>3</sup> A crise financeira de 2008 foi uma conjuntura econômica global que foi precipitada pela falência do tradicional banco de investimento norte-americano *Lehman Brothers*, fundado em 1850. Em efeito dominó, outras grandes instituições financeiras quebraram, no processo também conhecido como Crise do *subprime*.

maioria estudantes universitários e secundaristas, a juventude está na linha de frente de todas as mobilizações. Minha participação neste coletivo tem sido importante para mobilizar entre minhas companheiras e companheiros uma sensibilidade à pauta anticapacitista.

O capacitismo refere-se à discriminação e marginalização de pessoas com deficiência. No contexto do feminismo negro, o capacitismo se cruza com o racismo e sexismo, criando experiências únicas de opressão para mulheres negras com deficiência, eu sendo uma mulher negra com deficiência, passei por episódios de opressão, onde me fizeram questionar se eu poderia adentrar espaços, abordar temas e simplesmente sair da minha zona de conforto, mas não era confortável me calar e deixar que essas opressões continuassem a acontecer, porque me calar nunca foi opção, assim como nascer uma mulher negra com deficiência não foi uma opção, pois aprendi a lutar desde meu primeiro suspiro de vida.

Deste modo, a pauta anticapacista - que busca fazer frente às diversas formas de discriminação contra pessoas com deficiência - só é efetiva quando aliada também às lutas feministas, antirracistas e, conforme esta pesquisa pretendeu mostrar, à luta por melhores condições de educação e vida das populações do campo.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CAMPO**

Em várias épocas, na sociedade, foram utilizados diferentes termos para definir quem seriam as pessoas com deficiência e surgiram diversas discussões para reconhecer esses indivíduos que eram deixados à margem no contexto social.

Nesse sentido, a inclusão, além de um direito, é uma postura cada vez mais necessária, pois quando realizada corretamente torna-se um fator fundamental, no que diz respeito ao desenvolvimento destes indivíduos, com condições acessíveis às necessidades contribuindo para a formação destes cidadãos.

A Educação do Campo é destinada aos agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos

e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (Brasil, 2010).

As precárias condições de infraestrutura nas escolas do campo são evidentes, já que, em muitas comunidades rurais, no nordeste paraense, as classes são multisseriadas, e essa realidade traz dificuldades na oferta de educação especializada, que não chega em todas as comunidades rurais.

Além disso, considerando a atual política de educação especial que prevê a oferta desses serviços em salas com recursos multifuncionais, bem como profissionais capacitados para garantir o ensino-aprendizagem desses estudantes, não há alternativas sendo implementadas para atender às especificidades daqueles que necessitam destes serviços, que são descritos por lei e que toda escola deve garantir.

É necessário que o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE) esteja disposto a desenvolver um trabalho inclusivo, para que possa contribuir na formação e construção de conhecimento tanto dos alunos como para a formação e construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Adentrando as discussões sobre a pauta anticapacitista, vale dizer que o termo capacitismo significa a discriminação contra pessoas com deficiência, a qual se manifesta desde as dificuldades para a acessibilidade, isto é, a falta ou falha dela, até as barreiras atitudinais da sociedade.

O termo capacitismo está relacionado a uma construção social de um corpo padrão perfeito denominado como "normal" e da subestimação da capacidade e aptidão de pessoas em virtude de suas características dadas pelas deficiências (Bertussi *et al.*, 2021). Essa ideia de normalidade está presente em nossa sociedade até os dias atuais e muitas são as falas sobre diversidade corporal e aceitação, no entanto, os contextos sociais onde esses corpos estão inseridos são frequentemente discriminatórios. A deficiência do corpo não é anormal, o que é anormal são os olhos que julgam a partir de uma estética pré determinada por padrões que tem suas bases em valores morais (Diniz, 2007).

A oferta da educação especial nas escolas do campo também deve ser bandeira de luta do movimento pela Educação do Campo, no contexto das lutas por políticas públicas que assegurem às populações do campo uma educação “com a sua

participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (Caldart, 2002, p.18).

O projeto que defende a educação do campo afirma o direito de todos os estudantes terem direito e acesso a conhecimentos, valores e saberes de sua comunidade, é importante pensar em uma educação voltada à realidade, articulando os saberes junto à grade curricular, onde o estudante se sinta pertencente no que está aprendendo e um currículo que valorize os saberes tradicionais e a bagagem de vida dos estudantes.

### **PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A INTERSECCIONALIDADE**

A história dos direitos da pessoa com deficiência ainda é muito recente e somente a partir dos anos 70 do século XX, a sociedade passou a dispor de algumas políticas públicas voltadas ao atendimento das pessoas com deficiência, deixando de ignorá-los ou tratá-los como doentes a partir de uma visão biomédica.

Debora Diniz (2007), em seu livro “O que é deficiência?” faz uma discussão histórica a partir dos processos políticos e sociais que despertaram as tomadas de decisões das próprias pessoas com deficiência pela garantia de nossos direitos. Os três modelos discutidos pela autora são: 1) o modelo biomédico da deficiência, predominante até meados do século XIX e ainda hoje fortemente presente; 2) o modelo social da deficiência, que surgiu na década de 70 no Reino Unido e Estados Unidos; 3) o modelo social amplificado pela crítica feminista que surgiu na década de 90 do século XX.

No enfoque biomédico predominam práticas individualizantes centradas na medicalização e reabilitação, por meio de instituições que, em sua maioria, ignoram os sujeitos de seus direitos ali presentes. O modelo biomédico contribuiu para disseminar a ideia que o mais importante seria trabalhar na recuperação individual do deficiente com vistas a sua normalização e adaptação e na medicalização com o intuito de normalizar seus corpos e comportamentos na sociedade.

Há de se mencionar, ainda, o modelo religioso de compreensão da deficiência, de acordo com Karla Luiz Akotirene, no artigo “Mulheres com deficiência: garantia de

direitos para exercício da cidadania”, publicado pelo Coletivo Feminista Helen Keller (2020), esse modelo religioso surgiu com o cristianismo, que predominou no período da Idade Média, mas que convive até nos dias atuais.

Tal modelo fomenta que a pessoa com deficiência é vista de várias maneiras: como alguém que é infeliz, como alguém que recebeu castigo divino, é digno de pena ou amaldiçoado. E relacionando a esse modelo, a pesquisadora também comenta a existência do Modelo Caritativo, neste modelo, a pessoa com deficiência é digna de caridade e benevolência das pessoas, principalmente as cristãs, considerando-as incapazes mediante as suas limitações.

As práticas de exclusão da pessoa com deficiência tem consequências até os dias atuais, pois os corpos são frequentemente vistos como estranhos e fora do padrão normativo da sociedade. É nesse contexto que surge o Modelo Social da Deficiência, com o objetivo de romper a hegemonia dos modelos biomédico, religioso e caritativo.

Para o modelo médico, a deficiência estava centrada no indivíduo e sua lesão (seja física, sensorial, intelectual), diferente do modelo social onde a deficiência é entendida como o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupõe um tipo ideal de sujeito produtivo, uma resposta da corrente marxista, principal influência da primeira geração de teóricos do modelo social (Diniz, 2007).

A partir da década de 90, no século XX, o modelo social da deficiência passou a ser reinterpretado e ampliado pela crítica feminista adentrando na vertente da interseccionalidade. Essa crítica feminista propõe compreender a deficiência não apenas como condição médica ou biológica, mas como uma construção social que interage com outras estruturas como gênero, classe social, raça e sexualidade.

Os teóricos do modelo social estavam lutando por independência e eram homens brancos europeus com lesão medular que queriam trabalhar e não falavam muito a respeito do cuidado. As teóricas feministas trouxeram à tona temas esquecidos na agenda de discussões do modelo social. Falaram do cuidado, da dor, da lesão, da dependência e da interdependência como temas centrais à vida do deficiente (Diniz, 2007, p. 60).

E mesmo com o reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), percebe-se que as pessoas com deficiência ainda possuem dificuldades para ter acesso à serviços e recursos básicos. Isso significa que a nossa organização social ainda funciona como uma barreira para a inserção de Pessoas Com Deficiência (PCD's) na sociedade, como se nosso lugar ainda não pertencesse de fato a nós e, mesmo com tantos direitos que nos amparam dia após dia, ainda é difícil viver em uma sociedade que segrega nossos corpos, criando uma espécie de controle sobre o que é considerado perfeito ou não.

Dito isso, o uso de rótulos que expõem as características pessoais, muitas vezes, chamando-nos pela nossa condição corporal e esquecendo que temos nomes e registros, que somos humanos também, é uma das formas pelas quais essa discriminação se manifesta.

Campbell (2009) destaca que o ponto de vista capacitista situa a realidade das pessoas com deficiência como inerentemente negativa, sendo que, nesta perspectiva, a deficiência deveria ser “melhorada”, curada ou mesmo eliminada. É nosso papel então fazer frente a estas formas de compreensão e colaborar para produzir ambientes escolares democráticos e anticapacitistas nas zonas rurais e urbanas.

Criado em 21 de setembro de 2018, o “Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência” se define como um coletivo de mulheres feministas com deficiência que pauta a intersecção entre gênero e deficiência. A data 21 de setembro foi escolhida por ser o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, a organização política sobre ser mulher com deficiência deve estar relacionada com os demais movimentos feministas e de mulheres, já que ainda vivemos em uma sociedade atravessada pela misoginia, racismo e LGBTfobia e também atravessada pelo capacitismo que insiste em segregar nossos corpos com deficiência.

Nesta pesquisa, consideramos que conhecer nossos corpos - como políticos - se torna fundamental para a construção de um espaço que nos permita a ampliação de nossa participação política e social, lutando firmemente e ativamente por nossos direitos. O “Coletivo Helen Keller” surgiu da necessidade de pontuar a diversidade dos corpos com deficiência dentro do movimento feminista, como também da importância de demarcar o gênero na vivência da deficiência.

Em reflexo de séculos da nossa história, as pessoas com deficiência foram por muitos anos excluídas da sociedade e destinadas apenas para escolas especiais e centros de reabilitação voltadas especificamente para PcD, fomos proibidos de circular entre as pessoas “normais”, frequentar os mesmos espaços e ambientes, e muito desse preconceito vem da falta de contato de pessoas sem deficiência com pessoas com deficiência, o que acaba gerando reflexos negativos, opiniões negativas, pré julgamentos e preconceito, pois a falta de contato e convivência estimula o preconceito.

Ao ampliarmos a inclusão, o espaço e a forma de contato entre pessoas com e sem deficiência poderemos desconstruir as concepções negativas e o capacitismo, tornando as relações interpessoais mais igualitárias. E quando falo em desconstruir o capacitismo, me refiro a promover uma sociedade que atenda todas as pessoas, espaços construídos e pensados nas pessoas com deficiência, pois estamos cada vez mais ocupando e garantindo nossos direitos, espaço e lugar de fala.

O movimento anticapacitista é a luta contra o preconceito e discriminação voltada as pessoas com deficiência, as bandeiras de luta buscam inclusão, igualdade de direitos e reconhecimento da dignidade de nós pessoas com deficiência, e estamos diariamente lutando contra atitudes e práticas que nos tratam como inferiores e incapazes, pelo fim do capacitismo arquitetônico para que espaços sejam construídos e pensados em pessoas com deficiência também, temos o direito a acessibilidade plena como a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, digital, educacional e atitudinal.

Nós, pessoas com deficiência, devemos ser protagonistas de nossa própria história e luta, ocupando espaços, esboçando nossas opiniões e indagações, e desconstruindo estigmas e estereótipos que estão impregnados na sociedade como capacitismo estrutural com a concepção da deficiência como algo a ser “curado” e “superado” em uma perspectiva negativa e práticas de exclusão de pessoas com deficiência instaurada há séculos em uma sociedade com tantas outras formas de opressão, como o racismo, machismo, LGBTfobia, essas formas de opressão e as experiências delas também se cruzam com o capacitismo.

Para Alves (2022), a interseccionalidade é central para a compreensão da sua tese de pós-graduação em Psicologia, não apenas como ferramenta teórica, mas como modo de vida e resistência.

Lanço mão de uma ferramenta que surge para dar conta do lugar outsider de mulheres pretas para pensar também o lugar de uma mulher-cega-COM-cão-guia, um lugar também outsider, uma vez que é próprio do conceito a denúncia dessas violências interseccionais (ALVES, 2022, p. 29).

A interseccionalidade não deve ser percebida apenas como uma teoria explicativa dentro das universidades e rodas de conversas, mas também como uma forma de viver e resistir. Alves (2022) destaca que esse conceito não se limita a representar a posição marginalizada das mulheres negras, tampouco a indicar uma figura única que as represente, pois sua essência está justamente em revelar as múltiplas violências que essas mulheres enfrentam.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa é de cunho qualitativo. Segundo Minayo (2011), divide-se em três etapas: 1) a fase exploratória onde ocorre o preparo para entrar em campo, 2) o momento que ocorre a formulação do projeto de pesquisa, delimita-se o espaço, define-se os objetivos e objetos a serem trabalhados e finalmente a etapa do trabalho de campo 3) a fase em que se coloca em prática a construção teórica, por meio das observações, entrevistas e ferramentas que possibilitem o levantamento dos dados. Trata-se da parte fundamental da pesquisa, é quando se confirma ou refuta as hipóteses levantadas e, por final, vem a etapa de análise e tratamento do material empírico e documental.

Foram analisados documentos de matrículas contidas no arquivo da escola e no site da Secretaria de Estado e Educação (SEDUC) para que se tenha como parte da pesquisa e análise o quantitativo de estudantes com deficiência regularmente matriculados na escola no ano de 2025. A realização da pesquisa contou com o apoio da diretora da escola que fez questão de buscar todos os relatórios de matrículas e de estar disponível para quaisquer dúvidas que eu pudesse ter durante a pesquisa de campo.

Objetivo geral: Analisar a sua interface com/na Educação do Campo em uma escola pública estadual do campo, no contexto amazônico do nordeste paraense; para tanto foram elencados os seguintes objetivos específicos:

a) Conhecer a realidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino em Bragança- PA no âmbito das Políticas Públicas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;

b) Mapear os principais desafios enfrentados, bem como acompanhar algumas pistas para a inclusão em escolas do campo;

A pesquisa de campo ocorreu nos dias 16/06 e 23/06 na E.E.E.M Patalino, pois foram os dias combinados com a direção da escola para a análise documental e realização das entrevistas com as estagiárias do Apoio Escolar, a entrevista foi realizada em uma sala de aula vazia no horário do recreio e foi utilizado o gravador do celular para captar a voz das entrevistadas.

A proposta desta pesquisa foi realizar entrevistas com estagiárias do Apoio Escolar da escola e também um levantamento sociodemográfico do perfil de alunos com deficiência, regularmente matriculados na escola E.E.E.F.M Patalino. A partir destes dados realizamos reflexões bibliográficas sobre o papel das pessoas com deficiência na sociedade e nos contextos educacionais da educação do campo, destacando mulheres e autoras com deficiência, como Camila Araújo Alves (2022) e Anahi Guedes de Melo (2016).

Além disso, analisamos o conceito de deficiência tal como definido a partir do modelo biomédico, o modelo social deficiência e a ampliação do modelo social pela crítica feminista, conforme descritos por Débora Diniz (2007) na obra “O que é deficiência?”. Neste bojo de análises trouxemos discussões de autoras como Karla Luiz Akotirene (2019), Sirma Bilge e Patricia Hill Collins (2021) as quais forneceram contribuições sobre perspectivas de corpo e sociedade e as nuances da interseccionalidade com base no feminismo negro. E, por fim, Katia Regina Moreno Caiado (2017) e Roseli Salete Caldart (2004) nos auxiliaram nas reflexões sobre a inter-relação entre Educação Especial e Inclusiva no Campo e a Educação do Campo, fornecendo pistas sobre os principais desafios a serem enfrentados.

## RESULTADOS E ANÁLISES

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino é uma escola estadual localizada na zona rural de Taperaçu Campo, estrada do Tamatateua em Bragança do Pará e atende estudantes do nível Fundamental e Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A escola atualmente conta com 404 estudantes regularmente matriculados no turno da manhã, tarde e noite. Na escola também há uma anexação chamada Escola Municipal de Ensino Fundamental Raimundo Ferreira que atende a estudantes da rede municipal e anos iniciais de ensino, as duas escolas dividem o mesmo espaço.

A partir do levantamento sociodemográfico do perfil de estudantes com deficiência regularmente matriculados na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino, observamos que, ao todo, são dezesseis estudantes com deficiência regularmente matriculados na referida escola. Destes, três (3) apresentam laudo de deficiência intelectual, quatro (4) de deficiência múltipla, dois (2) estão no Transtorno do Espectro Autista, cinco (5) apresentam laudo de deficiência física, um (1) apresenta o laudo de deficiência auditiva/surdez, um (1) apresenta o laudo de baixa visão.

Além disso, do total de dezesseis estudantes, são dez (10) do gênero masculino e seis (6) do gênero feminino. Observamos também que oito (8) estão no ensino fundamental, quatro (5) no ensino médio e três (3) cursam a Educação de Jovens e Adultos conforme pode observado na tabela abaixo.

**Tabela 1:** Estudantes com Deficiência matriculados na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino

E	IDADE	GÊNERO	ESCOLARIDADE	DEFICIÊNCIA
1	17	M	9 ANO/ FUNDAMENTAL	DEFICIÊNCIA FÍSICA
2	23	M	2 ANO / MÉDIO	DEFICIENCIA MULTIPLA
3	16	F	3 ANO/ MÉDIO	SURDEZ
4	14	M	6 ANO/ FUNDAMENTAL	DEFICIENCIA MULTIPLA
5	16	M	9 ANO/ FUNDAMENTAL	BAIXA VISÃO
6	16	F	1 ANO/ MÉDIO	DEFICIÊNCIA FÍSICA
7	17	M	4 ETAPA/ EJA	DEFICIENCIA MULTIPLA
8	35	M	2 ETAPA/ EJA	DEFICIÊNCIA FÍSICA
9	25	M	1 ETAPA/ EJA	DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
10	17	F	2 ANO/ MÉDIO	DEFICIÊNCIA FÍSICA
11	18	F	8 ANO/ FUNDAMENTAL	DEFICIENCIA MULTIPLA
12	16	M	8 ANO/ FUNDAMENTAL	DEFICIÊNCIA FÍSICA

13	14	M	6 ANO/ FUNDAMENTAL	DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
14	19	F	9 ANO/ FUNDAMENTAL	TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA – TEA
15	19	F	2 ANO/ MÉDIO	DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
16	15	M	9 ANO/ FUNDAMENTAL	TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA – TEA

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2025.

A entrevista semiestruturada foi realizada com três estagiárias do gênero feminino no turno da manhã, a E1 tem 26 anos; a E2, 34 anos; e a E3 tem 23 anos; e todas estão cursando o curso de Licenciatura em Educação do Campo no Instituto Federal do Pará (IFPA).

**Tabela 2:** Estagiárias do Apoio Escolar.

Idade	Gênero	Formação	Instituição onde cursa
34	F	Licenciatura em Educação do Campo	Instituto Federal do Pará (IFPA)
26	F	Licenciatura em Educação do Campo	Instituto Federal do Pará (IFPA).
23	F	Licenciatura em Educação do Campo	Instituto Federal do Pará (IFPA).

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2025.

As estagiárias residem nas proximidades da escola Patalino na comunidade do Taperçu-Campo, portanto elas escolhem estagiar na escola por ser próximo às suas residências, conhecerem a comunidade escolar e também por uma questão de pertencimento, já que elas são moradoras de uma comunidade no meio rural e já têm conhecimento da realidade dos estudantes da escola.

Na tabela 3, abaixo, podem ser observados alguns recortes das respostas fornecidas pelas estagiárias.

**Tabela 3:** Entrevistas realizadas com Estagiárias do Apoio Escolar na Escola Patalino

<p><b>Pergunta 6:</b> Quando iniciou o estágio, o governo do estado ofereceu alguma formação? Que tipo de orientações você recebeu para atuar neste estágio por parte da secretaria de educação do governo do Pará até hoje?</p>	<p><b>E1:</b> “Olha, até o momento que cheguei aqui ainda não tive nenhuma formação oferecida pelo estado, e recentemente colocaram a gente no grupo que era pra gente participar de uma formação, mas quando fui me inscrever as vagas já tinham sido esgotadas então eu não consegui realizar a inscrição.”</p> <p><b>E2:</b> “No momento que a gente entrou, nenhuma formação aderiram pra gente. No entanto, a gente entrou com os conhecimentos que a gente tinha da faculdade. E, no momento, o poder público não ofertou nenhuma formação pra nós, como estagiários. Só os conhecimentos que a gente já tinha adquirido dentro da faculdade.”</p> <p><b>E3:</b> “Quando começamos o estágio, não recebemos nenhuma orientação. Só vieram os documentos com os nomes das pessoas que a gente tinha que orientar na sala de aula. E só isso. Fora isso, a gente não recebeu nenhuma orientação e nenhuma formação para começar a trabalhar.”</p>
--	---

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A leitura dos trechos destacados na tabela 3, serve de apoio para a discussão realizada posteriormente a cada pergunta ressaltada. Ao final do trabalho está disponível um anexo contendo todas as perguntas realizadas para melhor compreensão do contexto das conversas com as estagiárias.

A falta de orientação e de formação continuada para estagiários de apoio escolar, representa uma falha para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade para os estudantes com deficiência, os estagiários que, na maioria das vezes, estão em formação na graduação, não possuem subsídios teóricos e práticos suficientes, e apenas o componente curricular de educação especial, na grade do curso, não é suficiente para a preparação do estagiário.

Nesse sentido, a ausência ou insuficiência de formação dos profissionais que estão com os estudantes com deficiência em sala de aula, prejudica a qualidade de ensino e aprendizagem. Além disso, as(os) estagiárias(os) que atuam neste campo frequentemente se sentem solitários e desamparados para lidar com as situações complexas envolvendo o acompanhamento escolar.

Dessa forma, a Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC) e a Diretoria Regional de Ensino de Bragança (DRE) devem promover cursos de aperfeiçoamento e formação aos estagiários contratados, pois a formação continuada destes profissionais é um passo fundamental para consolidar práticas inclusivas dentro das escolas.

**Tabela 4:** Entrevistas realizadas com Estagiárias do Apoio Escolar na Escola Patalino

<p><b>Pergunta 8:</b> Os estagiários acompanham todos os alunos ou cada estagiário fica responsável por alguns? Caso sim, quantos você acompanha? E qual é o diagnóstico, a série e a idade destes estudantes que você acompanha?</p>	<p><b>E1:</b> “Eu acompanho dois que veio no meu contrato, e como eu falei anteriormente tem mais um em sala mas eu não deixo ele sem apoio só porque eu vim para auxiliar dois eu não deixo ele sem, então eu fico com tres igual minhas colegas em sala que não estão com uma única criança, elas estão com várias por exemplo e 6 ano tem quatro, um por exemplo que tem TEA e tem vezes que a minha colega não consegue auxiliar a criança porque tem um nível muito elevado e as vezes dá crise e ela sozinha na maioria das vezes não consegue, então acredito que falta essa questão de apoio.”</p> <p><b>E2:</b> “Eu acompanho três alunos dentro da sala. Um deles tem laudo, que é justamente o que veio indicado no meu contrato. Os outros dois não têm laudo, então não posso afirmar quais são suas necessidades específicas. Todos estão no sexto ano.”</p> <p><b>E3:</b> “Quando veio o nosso memorando, já vieram direcionados os alunos que a gente iria cuidar como teve do terceiro ano saiu no ano passado, diminuiu. Então a gente não seguiu o mesmo padrão que veio de lá, e eu vim para o segundo ano para ficar com dois: os alunos XXX e o XXX. Só que aí surgiu o Giovanni, então estou com três dentro da sala. O XXX tem deficiência múltipla. A XXX tem déficit de atenção, retardo mental e também múltiplas deficiências - não lembro todas. A maioria deles apresenta deficiências múltiplas. Apenas uma aluna do primeiro ano tem apenas autismo”.</p>
---	---

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2025.

A superlotação de estudantes com deficiência atribuída aos estagiários representa mais um enorme desafio, a E3 destaca que veio um memorando com os respectivos estudantes a qual elas iriam auxiliar, mas na prática é completamente diferente, já que elas acabam por auxiliar mais de dois estudantes ficando

sobrecarregadas, e tem estudantes que precisam de uma atenção a mais na realização de atividades.

Tal discussão traz novamente a questão da falta de formação continuada e aperfeiçoamento para as estagiárias, principalmente para as que auxiliam estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois a permanência destes estudantes na escola exige muito mais do que a matrícula, o que levanta mais um ponto na estrutura da escola Patalino, pois esta escola ainda não conta com uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que poderia ajudar para além do acompanhamento físico, mas com materiais e um espaço com todo suporte para o desenvolvimento não só do estudante com TEA como os demais outros estudantes com deficiência.

**Tabela 5:** Entrevistas realizadas com Estagiárias do Apoio Escolar na Escola Patalino

<p><b>Pergunta 12:</b> Quais são os principais desafios enfrentados por estudantes com deficiência para a inclusão na escola?</p>	<p><b>E1:</b> “Olha eu acredito que é a questão da limitação da própria deficiência deles porque muita das vezes eles se veem como incapazes, por exemplo a criança que eu auxilio por ele ter uma deficiência locomotora das mãos as vezes ele se estressa por não conseguir fazer aquilo que o outro colega consegue fazer, e eu quando vim pra cá comecei a acompanhá-la e vi que era algo que estressava muito e a não aceitação da própria criança de não se aceitar como PCD, mas a partir do momento que essa criança se aceitou como PCD eu comecei a perceber a evolução dele”</p> <p><b>E2:</b> “Ah, os desafios são as especialidades que são diferenciadas, né? Então, a gente tem que fazer os trabalhos conforme as expectativas de cada aluno, né? Então, a gente tem o modelo que se diferencia esse potencial que cada aluno tem, a inclusão deles, né? Isso.”</p> <p><b>E3:</b> “A principal dificuldade é se incluírem. Falamos muito de inclusão, mas sabemos que nem sempre ela acontece. Quando a gente coloca um aluno com deficiência no meio de outros que são considerados "normais", é muito difícil incluir eles. A turma toda consegue acompanhar os assuntos, mas o aluno com deficiência, muitas vezes, não consegue. E o professor não espera esse tempo do aluno que tem deficiência para acompanhar os demais. Então ele vai avançando com os assuntos e acaba que o outro fica pra trás.”</p>
---	--

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2025.

As respostas das estagiárias levantam uma questão importante para o que diz respeito a uma educação realmente inclusiva, tendo em vista que a inclusão vai muito além do que somente a matrícula do estudante em uma sala regular, mas propor um espaço de afeto e pertencimento também é uma prática inclusiva, até mesmo eu, na escola, cheguei a me sentir excluída dos grupinhos e dos trabalhos em grupo e, por mais que as pessoas digam que somos capazes de fazer, aquele sentimento vem à tona, um ponto crucial para nós pessoas com deficiência é a autoaceitação antes da aceitação do outro, falar sobre estigmas relacionados à deficiência e ao sofrimento psíquico é fundamental, pois vamos adoecendo sem perceber, na tentativa de se encaixar na normalidade social.

Esse pensamento vai aumentando quando não conseguimos fazer uma tarefa escolar considerada simples pelos outros estudantes da sala, é difícil não conseguir acompanhar a turma e perceber que estamos ficando para trás. Não é somente a falta de estrutura adequada, inclusão e acessibilidade, mas também a falta de diálogo, destacar lugar de fala e fazer com que os estudantes com deficiência se sintam pertencentes, e representatividade e autoestima também são essenciais para a saúde mental e emocional.

**Tabela 6:** Entrevistas realizadas com Estagiárias do Apoio Escolar na Escola Patalino

<p><b>Pergunta 13:</b> Você acha que a estrutura da escola é apropriada para estudantes com deficiência?</p>	<p><b>E1:</b> “Não, não é apropriada e não tem sala do AEE e que deveria ter né uma sala própria para o atendimento do AEE, porque a gente costuma falar que a criança com deficiência ela tem o seu momento para aprender e quando tá em uma sala superlotada com várias outras crianças é difícil da criança PCD assimilar o que está sendo repassado, como por exemplo uma criança com TEA e tem um grau da hiperatividade e tem momentos que a criança não consegue assimilar devido a muito barulho”</p> <p><b>E2:</b> “Não. Precisa muito mais. Muito mais. Precisa de uma escola de uma sala de AEE, precisa ter um acompanhante junto com o aluno. Tem alunos que precisam especificamente de ter um acompanhante só pra ele. Então, a gente trabalha com três alunos dentro da sala... não tem como a gente dar atenção pra todos os alunos, para os três alunos.”</p>
--	---

	<p><b>E3:</b> “Com certeza, não. A gente tem uma aluna cadeirante e é uma grande dificuldade levá-la aos lugares. Ela fica o intervalo todo dentro da sala, ela não consegue sair pra fora e só sai se a gente a levar, porque a escola não tem rampas. Isso dificulta a locomoção dela dentro da escola e sem contar os riscos que a gente tem quando vamos levar ela, eu principalmente morro de medo de levar ela por conta que não tem rampas e pode correr o risco da cadeira virar, o corredor é cheio de buraco.”</p>
--	--

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2025.

Compreende-se que a prática de solidariedade com a estudante usuária de cadeira de rodas reflete a ausência de infraestrutura de Estado para com os estudantes do meio rural, que não possuem uma estrutura adequada e adaptada para se locomover na escola, e não possuem ônibus com toda acessibilidade como, por exemplo, rampas, elevadores e assentos reservados. Mas tendo em vista que em algumas escolas da zona urbana de Bragança possuem rampas de acessos, a busca e a luta por políticas públicas de inclusão e infraestrutura na escola Patalino requer mais atenção da Secretaria de Educação e do Governo do Estado (SEDUC) no que diz respeito às escolas localizadas na zona rural da cidade.

E, mais uma vez, levantamos a questão da falta de uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que com toda certeza proporcionará uma qualidade de ensino significativa para os estudantes, com recursos de Tecnologia Assistiva (TA) que iria auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, promovendo maior autonomia com recursos que possibilitam a participação ativa destes estudantes nas atividades escolares.

**Tabela 7:** Entrevistas realizadas com Estagiárias do Apoio Escolar na Escola Patalino

<p><b>15.</b> Relate uma ou mais cenas em que você sentiu que ajudou a realizar uma prática efetivamente inclusiva.</p>	<p><b>E1:</b> “A gente percebe no olhar do professor o ato de solidariedade, o ato de humanidade porque eu acho muito bacana a questão do professor XXX de ele se colocar para transportar a XXX todos os dias para a escola e isso é um ato de humanismo, porque qual outro professor faz isso agora? Na nossa sociedade, porque isso, dizia Paulo Freire, é um ato de esperar. Porque ele se dispõe todos os dias com a professora XXX e eu também, nós vamos buscá-la todos os dias na casa dela, trazemos para a escola e levamos de volta.”</p>
---	--

	<p><b>E2:</b> “É... relatar uma prática... Eu promovi a inclusão, sim. Eu ajudei, comecei a ajudar um rapaz que ele não sabia ler. Então, ele começou a desenvolver a leitura com o passar do tempo. Ele começou a desenvolver o português, a matemática. Então, isso foi uma ajuda que eu me senti já dentro do meu âmbito como estagiária, já com a ajuda dele também e a ajuda de todos que estão ao nosso redor, né? Eu já consegui identificar isso. E ele tem um potencial muito grande de ir à frente, principalmente na matemática.”</p> <p><b>E3:</b> “Quando comecei a trabalhar aqui, passei a incluir ele nos grupos, e ainda tem a exclusão dos próprios alunos porque eles não querem incluir um aluno com deficiência porque não conseguem fazer as mesmas coisas que eles, então ultimamente eu tenho trabalhado bastante isso, eles não escolhem mas eu coloco ele e o primeiro seminário que ele apresentou esse ano e ele ficou muito feliz, e ele falou que era o primeiro seminário dele... ele ainda fala bem pouco mas ele já consegue desenvolver a oralidade, e isso foi uma das coisas mais positivas que aconteceu.”</p>
--	---

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2025.

É perceptível que mesmo com a falta de estruturas físicas e formação continuada, as estagiárias do apoio escolar não medem esforços para que a prática inclusiva seja efetiva na escola, mesmo que pareçam gestos simples, mas fazem a diferença para estes estudantes como, por exemplo, a participação em um seminário que pode ser comum para uma pessoa sem deficiência se transforma em um ato importante para nós pessoas com deficiência, nos traz um sentimento de pertencimento à turma, criação de vínculo e oportunidade de participação, escuta e protagonismo.

A participação de professores não só no processo de ensino e aprendizagem, mas em cada evolução dentro da escola, é essencial, pois percebemos que existem pessoas que vibram pelas nossas conquistas, isso está evidente na fala da E1 e E3 quando elas destacam a participação de dois professores da escola.

No entanto vivemos em uma sociedade extremamente individualista, que preza pela suposta normalidade a todo instante, isso enfraquece o senso de coletividade, empatia e solidariedade que são essenciais para o bem estar nas relações interpessoais,

uma vez em que nossa condição basilar é a interdependência, perceber que ainda existem pessoas que torcem por conquistas faz acender a esperança de uma sociedade mais empática e igualitária que respeite as diferenças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender os desafios e possibilidades de inclusão de estudantes com deficiência na Educação do Campo, especialmente na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Patalino, localizada na zona rural de Bragança-PA. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que apesar das garantias legais que asseguram o direito à educação inclusiva, ainda existem barreiras que dificultam a efetivação desse direito e a permanência de estudantes com deficiência na escola.

As entrevistas com as estagiárias do apoio escolar evidenciaram a ausência de formação específica para atuar com estudantes com deficiência; a sobrecarga de responsabilidades atribuídas a essas estudantes em formação; e a precariedade da estrutura física da escola, que não possui uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e nem rampas para acesso à cadeirantes. Esses fatores comprometem não apenas o processo de ensino-aprendizagem, mas também o bem estar e a permanência dos estudantes com deficiência.

Esta pesquisa me permitiu compreender profundamente sobre o capacitismo, mas também proporcionou afirmar, com coragem, que lutar contra esta forma de discriminação é lutar por dignidade, pertencimento e reconhecimento. Ser uma mulher com deficiência não me limita – me move. E ocupar espaços como este, escrevendo, pesquisando e compartilhando minha história e de outros estudantes com deficiência, é um dos meus maiores orgulhos, porque nada foi em vão, desde as pesquisas como bolsista até aqui no meu trabalho de conclusão, escrever também é um sinal de resistência.

Dito isso, a minha experiência pessoal enquanto mulher, negra, amazônida, do campo e com deficiência visual, contribuiu para uma reflexão interseccional, ampliando o olhar sobre as múltiplas opressões que atravessam os corpos das pessoas com deficiência no campo. Com base no trabalho de autoras como Anahí Guedes de

Mello, Camila Araújo Alves, Débora Diniz, Karla Akotirene, foi possível entender que a deficiência não é uma condição isolada, mas está profundamente conectada a outras dimensões sociais como gênero, classe, raça e território.

Portanto, esse trabalho reafirma a necessidade urgente de políticas públicas que contemplem efetivamente a inclusão educacional nas escolas do campo, com investimento na formação continuada para professores e estagiários do apoio escolar, infraestrutura acessível e valorização das identidades e vivências das pessoas com deficiência do campo. É imprescindível que a luta anticapacitista esteja atrelada às lutas pela educação do campo e pela justiça social, lutas que eu já participo como militante do movimento estudantil, garantindo que todos os estudantes tenham direito a frequentar a escola e, além do mais, que tenham condições adequadas de permanência para uma educação de qualidade, e que este trabalho sirva como convite à reflexão.

Diante do exposto, que mais estudantes possam chegar, permanecer e se sentir respeitados em todos os espaços. Que nossos corpos, saberes e vivências sejam reconhecidos como potentes e transformadores. Porque, como já dizia o patrono da educação brasileira, Paulo Freire “Minha esperança é necessária mas não é suficiente. Ela só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia” (FREIRE, 1992).

## REFERÊNCIAS

ALVES, Camila Araújo. **Aqui pode cachorro**: histórias crip de uma mulher-cega-COM-cães-guias. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento; Pólen, 2019.

BERTUSSI, Débora Cristina et al. O CER que precisa ser: os desafios perante as vidas insurgentes. Porto Alegre: Rede Unida, 2021. (**Série Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde**, v. 13).

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm). Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 249, p. 2, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do campo: identidades e políticas públicas.** Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2002. p. 15-37. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4).

CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da inclusão.** Rio de Janeiro: WAK, 2009.

COLETIVO FEMINISTA HELEN KELLER. **Mulheres com deficiência: garantia de direitos para exercício da cidadania.** [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1sS\\_5cg5sLoONs2qtDlk4v8sNgCcUprg7/view?usp=drive\\_sdk](https://drive.google.com/file/d/1sS_5cg5sLoONs2qtDlk4v8sNgCcUprg7/view?usp=drive_sdk). Acesso em: 25 fev. 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Tradução de Federico Soriguer. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CURTA INICIANTE FORA DE FOCO. **Documentário Fora de Foco.** YouTube. 15 de março de 2025. Disponível em: [https://youtu.be/iy88vfAVFvI?si=v7J83tC11AqLOJK7&utm\\_source=ZTQxO](https://youtu.be/iy88vfAVFvI?si=v7J83tC11AqLOJK7&utm_source=ZTQxO). Acesso em: 13 de ago. 2025.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MELLO, Anahi Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência.** 2014. 262 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)

– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182556>. Acesso em: 26 abr. 2025.

#### **HISTÓRICO**

*Submetido:* 14 de nov. de 2025.

*Aprovado:* 28 de Abr. de 2026.

*Publicado:* 10 de Mai. de 2026.

#### **COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:**

SANTOS<sup>1</sup>, C. V. A.; CRUZ<sup>2</sup>, B. C; Políticas inclusivas na interface com a educação do campo: desafios e possibilidade em uma escola de ensino fundamental e médio no nordeste paraense. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, v. 30, n.63, 2026, eISSN:2526-8449.